

ESPECIAL

# BÔNUS

2013  
2024



PLN 19 PREVÊ RECURSOS PARA PAGAMENTO DO BÔNUS DOS AUDITORES DO TRABALHO

**SINAIT**

Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho



Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho

## **PUBLICAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO – SINAIT MARÇO DE 2025**

### **DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL**

**Presidente** | Bob Everson Carvalho Machado (RS)  
**Diretor Planejamento e Finanças** | Antônio Carlos Costa (SC)  
**Adjunta Planejamento e Finanças** | Olga Maria Valle Machado (GO)  
**Diretora Administração e Patrimônio** | Vânia Elita T. de Abreu (CE)  
**Adjunto Administração e Patrimônio** | José Antônio P. Fontoura (RS)  
**Diretor de Política de Classe** | Marco Aurélio Gonsalves (DF)  
**Adjunta de Política de Classe** | Virna Soraya Damasceno (RN)  
**Diretor Prerrogativas** | Valdiney Antônio de Arruda (MT)  
**Adjunta de Prerrogativas** | Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)  
**Diretor Inspeção do Trabalho** | Renato Bignami (SP)  
**Adjunto de Inspeção do Trabalho** | Lucas Reis da Silva (SC)  
**Diretor Saúde e Segurança do Trabalhador** | Francisco Luis Lima (PI)  
**Adjunto Saúde e Segurança do Trabalhador** | Sebastião Estevam dos Santos (SP)  
**Diretora Aposentados e Pensionistas** | Maria Mazzarello Andrade de Mendonça (SE)  
**Adjunto de Aposentados e Pensionistas** | Benvindo Coutinho Soares (MA)  
**Diretora de Comunicação** | Maria Teresa Bittencourt Pacheco (PR)  
**Adjunto de Comunicação** | Vander Rossi Nunes Pinto (MG)  
**Diretor de Assuntos Jurídicos** | Pedro Paulo Martins (RJ)  
**Adjunta de Assuntos Jurídicos** | Alberlita Maria da Silva (PE)  
**Diretor de Assuntos Parlamentares** | Leonardo José Decuzzi (ES)  
**Adjunta Assuntos Parlamentares** | Magda Targino Maranhão L. de Carvalho (PB)  
**Diretora de Assuntos Culturais** | Rosângela Silva Rassy (PA)  
**Adjunta de Assuntos Culturais** | Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)  
**Diretor Relações Intersindicais** | Joatan Batista Gonçalves dos Reis (BA)  
**Adjunto de Relações Intersindicais** | Giuliano Gullo (MS)  
**Diretora de Relações Internacionais** | Rosa Maria Campos Jorge (GO)  
**Adjunto de Relações Internacionais** | Daniel Pereira Ferreira (RJ)

### **CONSELHO FISCAL NACIONAL**

#### **TITULARES**

Alex Myller Lima (PI),  
Cláudia Márcia Ribeiro (PE)  
e Marinilda Verçosa Amorim (AL)

**Produção** | Invicta Comunicação

**Curadoria** | Ascom/SINAIT

**Fotos** | Ascom/SINAIT

**Email** | [sinait@sinait.org.br](mailto:sinait@sinait.org.br)

**Telefone** | 61 3328-0875

**Endereço** | SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85  
Edifício Brasília Trade Center  
SLJ 10 Salas 401/8 Brasília/DF - CEP: 70711-902

# Inspeção do Trabalho mais forte: luta segue



O início de um novo ano é sempre tempo de reflexão, de fazer um balanço do período que se passou e de traçar planos que possam nortear a caminhada em direção a novas conquistas. A atuação sindical, nisso, não difere da vida cotidiana. A retrospectiva de 2024 é marcada por grandes vitórias, que ficarão gravadas na história da nossa categoria e do SINAIT.

Dentre os marcos de 2024 destacam-se a realização do maior concurso da história da Inspeção do Trabalho, em agosto, e a regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade, em dezembro. Esses avanços mostram que a luta compensa, a união gera resultados e que o SINAIT mantém o protagonismo na defesa dos direitos das Auditoras e dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Adentramos 2025 com a Inspeção do Trabalho fortalecida. Em breve, 900 novos Auditoras e Auditores-Fiscais do Trabalho reforçarão nossa atuação em diversas frentes. A regulamentação do Bônus de Eficiência, por sua vez, é um passo essencial para consolidar o reconhecimento da nossa carreira como típica de Estado e indispensável ao cumprimento dos direitos previstos na Constituição.

Além das conquistas específicas, celebramos o início da tramitação e o avanço na coleta de assinaturas pelo apensamento da PEC 06/2024 à PEC 555/2006. A matéria faz justiça aos aposentados e pensionistas, que sofrem um verdadeiro confisco após contribuírem para a Previdência durante toda a sua vida laboral. Destaca-se também a vitória judicial que reconhece o direito dos aposentados e pensio-

nistas à percepção integral do Bônus de Eficiência e Produtividade. Esse é um passo importante, que sinaliza para o legítimo reconhecimento àqueles que lutaram pela consolidação da nossa carreira e foram determinantes para a obtenção de avanços como a fiscalização do FGTS, que ampara mais de 100 milhões de trabalhadores brasileiros.

Porém, ainda há muito por fazer. Um dos grandes desafios será a luta pela duplicação das vagas do concurso, compromisso assumido publicamente pelo SINAIT. Buscamos a posse de 1.800 novos AFTs para reduzir o déficit de pessoal, que hoje ultrapassa 50% da previsão legal. Isso não é apenas um número. A ausência de fiscalização resulta em vidas perdidas, acidentes e mutilações. É contra essas mazelas que lutamos. E seguiremos lutando também pela valorização da nossa categoria. Agora, com a regulamentação do Bônus e a retomada da isonomia de tratamento com a Receita, é hora de atuar pelo reajuste do vencimento básico, congelado desde janeiro de 2019, e pela paridade no pagamento do Bônus, uma batalha que será enfrentada com a mesma determinação.

No SINAIT, seguimos firmes e vigilantes, conscientes de que nossa categoria é essencial para a vida, a dignidade e a proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. Convidamos você a continuar ao nosso lado nesta jornada!

**Bob Machado**  
*Presidente do SINAIT*



## Mobilização da carreira foi decisiva para regulamentação do Bônus

**F**oram 369 dias de intensa mobilização, iniciados pela deliberação da Assembleia Geral Nacional (AGN) em 27 de dezembro de 2023 e suspensos somente em 30 de dezembro de 2024, também por decisão da AGN. Esse período marcou uma das mais vigorosas mobilizações da Auditoria Fiscal do Trabalho. Além de reuniões em gabinetes, articulações em plenários e corredores de Brasília, onde os dirigentes do SINAIT foram presença constante, as Superintendências Regionais do Trabalho, ruas, blocos da Esplanada dos Ministérios e o ambien-

te virtual serviram como palco de manifestações emblemáticas pelo cumprimento integral do acordo firmado com o governo em 2016.

A atuação conjunta da categoria foi organizada pelo Comando Nacional de Mobilização (CNM) do SINAIT – instituído em 16 de janeiro – em ação coordenada com os Comandos Locais de Mobilização (CLMs), as Delegacias Sindicais e a Diretoria Executiva Nacional.

“A categoria não irá desistir enquanto não for corrigida essa injustiça. Já faz três meses que os Auditores do Trabalho vêm sofrendo discriminação, ao verem a isonomia salarial ser quebrada”, afirmou a diretora do SINAIT Rosa Jorge, em ato público em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego, no dia 5 de junho. Convocado pelos manifestantes o ministro Luiz Marinho garantiu celeridade nos tramites necessários para o restabelecimento da isonomia com a Receita Federal.

Mas a demora levou à intensificação da mobilização. “Essa situação não pode se estender



até 2025, estamos sendo desrespeitados”, afirmou a diretora do SINAIT Rosângela Rassy em ato público pela valorização da Inspeção do Trabalho, realizado em 14 de agosto, em frente à sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). “Somos poucos em um país de dimensões gigantes, mas buscamos melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores”, reforçou o diretor Renato Bignami, destacando a expertise e a importância dos Auditores do Trabalho.

O grande ato em Brasília foi o prenúncio da “Semana Nacional de Indignação”, realizada de 21 a 28 de agosto, com manifestações em todo o país. A delegacia sindical de Alagoas (DS-AL) deu início às ações, com um ato público em frente à Superintendência Regional do Trabalho em Maceió, sob o mote “Respeito Já aos Auditores-Fiscais do Trabalho!”. Outros protestos ocorreram em Florianópolis (SC), Maringá (PR), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

A semana também foi marcada pela intensificação das articulações com parlamentares em seus estados. No Rio de Janeiro, os

dirigentes do SINAIT Daniel Ferreira e Rogério Santos reuniram-se com o deputado federal Reimont (PT-RJ) em 21 de agosto, solicitando apoio à publicação do novo decreto. Em Santos, a delegada sindical Carmem Cenira levou o pleito aos deputados federais Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Glauber Braga (PSOL-RJ), em 24 de agosto.

Anteriormente, em janeiro, a mobilização foi inaugurada com uma decisão inédita: coordenadores e coordenadoras de fiscalização da Aprendizagem Profissional entregaram seus cargos em 23 estados e no Distrito Federal, em protesto ao descumprimento do acordo de 2016. No mesmo mês, foram paralisadas fiscalizações de trabalho escravo, o que foi seguido pela suspensão das atividades das equipes do eSocial e FGTS Digital, em março. Essas ações tiveram ampla repercussão na imprensa, com cobertura de veículos como Metrôpoles, Globo, G1, Jornal Contábil e Jornal Extra.

Ao longo de toda essa força-tarefa, o CNM, os CLMs e as Delegacias Sindicais do SINAIT exerceram um papel fundamental na coordenação das ações e atos públicos.

**Confira mais detalhes na linha do tempo - pág 12. ■**



# Com luta, SINAIT conquista regulamentação do Bônus e restabelece isonomia com a Receita; esforços seguem em busca da paridade

*Decreto nº 12.346, publicado em 30 de dezembro de 2024, representa uma grande vitória para Auditoras e Auditores-Fiscais do Trabalho*

O ano de 2024 terminou com uma grande conquista para as Auditoras e os Auditores-Fiscais do Trabalho. Após sete anos da edição da Lei 13.464, de 10 de julho de 2017, o SINAIT celebra a regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade, oficializada pelo Decreto nº 12.346/2024. A medida restabelece a isonomia de tratamento entre os AFTs e os Auditores da Receita Federal.

Essa vitória é fruto de mais de uma década de atuação contínua

e estratégica em diversas frentes, marcada pelo diálogo e pela pressão democrática. O êxito só foi possível graças à luta incansável de toda a categoria, sob a coordenação firme do Sindicato Nacional.

“Sempre trabalhamos muito para alcançar nossas conquistas. Nunca foi diferente. Por isso, temos ainda mais certeza de que a representação sindical é fundamental para avançarmos em nossas reivindicações, sejam elas quais forem. Não podemos nos desmobilizar como carreira e nem abrir a guarda,

pois quem luta por nós somos nós mesmos, com a orientação certa no momento certo. Agradeço a todas e todos que sempre estiveram conosco e acreditaram no nosso trabalho. Vamos em frente!”, afirma o presidente do SINAIT, Bob Machado, lembrando os desafios superados até aqui.

A avaliação de outras lideranças da categoria reforça a importância da união. “Não há conquista sem luta. Cada vitória que celebramos ao longo da história da nossa categoria, desde antes da fundação do SINAIT, quando ainda estávamos organizados na Fasibra, é resultado de uma luta organizada, do empenho e da dedicação de todos nós. Essa vitória renova nossas forças para seguirmos lutando em 2025”, destaca a diretora Rosa Jorge.

Os últimos meses do ano exigiram uma atuação ainda mais precisa e vigilante para garantir a regulamentação do Bônus a tempo do pagamento da parcela atualizada a partir de janeiro de 2025 (referente à folha de dezembro). Nesse sentido, os esforços do Sindicato Nacional concentraram-se nas articulações junto ao Legislativo para a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN

19/2024), que altera a Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) para incluir, entre outros recursos, os valores necessários à suplementação do pagamento da parcela aos AFTs ativos, aposentados e pensionistas. Paralelamente, o SINAIT manteve intensa interlocução com o governo na construção do acordo com os Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Trabalho e Emprego (MTE), que só seria formalizado, de fato, após a aprovação do PLN.

## **CORRIDA CONTRA O TEMPO**

O desafio à frente era imenso. A regulamentação do Bônus dependia de diversos despachos e cumprimento de etapas. A primeira delas era o envio, pelo governo, de uma modificativa do PLN nº 19 para incluir a previsão de recursos para o pagamento do bônus, o que só aconteceu no dia 20 de agosto; data que marcou o início de uma intensa força-tarefa no Parlamento.

Dirigentes das delegacias sindicais do SINAIT, junto à Diretoria Executiva Nacional, intensificaram a interlocução com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (primeira etapa da tramitação),



buscando garantir a aprovação do PLN. Foram contatados diversos atores políticos, como o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT/AP), os deputados Júlio Arcoverde (PP/PI), Jadyel Alencar (Republicanos-PI) e Florentino Neto (PT-PI), o senador Confúcio Moura (MDB-RO) e o relator da matéria na Comissão, deputado Adail Filho (Republicanos-AM).

A articulação foi pautada pelo esclarecimento de dúvidas e pela defesa da importância e urgência da aprovação do texto, essencial para o cumprimento do acordo firmado com o governo em 2016, a partir da regulamentação definitiva do disposto na lei.

No dia 16 de outubro, após mais de 60 dias de articulações ininterruptas, dezenas de visitas a gabinetes e reuniões, o PLN nº 19/2024 foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, sob efusivos aplausos das Auditoras e dos Auditores-Fiscais do Trabalho que participaram ativamente do trabalho parlamentar. “Trabalhamos durante a sessão e conseguimos sanar as dúvidas dos deputados. Graças à nossa atuação,

o PLN nº 19 foi aprovado. Vencemos mais uma etapa para a efetiva regulamentação do bônus para a carreira”, comemorou o presidente Bob Machado na ocasião.

Da CMO, o PLN seguiu à próxima fase de tramitação: o Plenário. O cenário reforçava o desafio do trabalho. Na ordem do dia, nas duas Casas Legislativas, estavam as eleições municipais, e, na sequência, uma robusta pauta da agenda econômica, incluindo a reforma tributária. Mas o esforço contínuo trouxe resultado. “Em um ano marcado por desafios como as eleições municipais e disputas entre os Poderes, conseguimos conquistar uma alteração no Orçamento que viabiliza o pagamento do bônus já em 2024 e garante sua continuidade a partir de 2025. Essa vitória só foi possível graças à união e à força da categoria”, celebrou a Diretoria no dia 18 de dezembro.

A sessão conjunta foi acompanhada no Plenário do Senado Federal pelos dirigentes do SINAIT Bob Machado, Rosa Maria Campos Jorge e Olga Valle Machado, e pelo presidente do Conselho de Delega-



dos Sindicais, Anísio Barcelos da Silva, além de representantes da delegacia sindical do Distrito Federal. “A aprovação do PLN é mais um passo em direção à regulamentação do bônus para a Auditoria Fiscal do Trabalho”, comemorou Rosa Jorge.

Logo após a mobilização no Congresso, os esforços concentraram-se na interlocução com o governo. Poucos dias antes do Natal, os dirigentes do SINAIT atuaram para garantir agilidade na sanção e publicação do PLN 19/2024. O resultado desse trabalho foi uma tramitação em tempo recorde: a Lei nº 15.052 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 20 de dezembro de 2024 e publicada três dias depois, em edição extra do Diário Oficial da União.

Embora a Casa Civil tivesse até 15 dias úteis para chancelar a matéria, o empenho dos dirigentes do SINAIT junto ao Palácio do Planalto garantiu a antecipação do feito. “Os prazos nunca estiveram ao nosso favor, mas não faltou empenho e disposição. Tínhamos uma missão de buscar a correção da quebra da isonomia histórica com a Receita,

de garantir o reconhecimento de toda categoria - que se mobilizou em prol dessa luta”, relembra Olga Machado. “A sanção da Lei abriu caminho para a publicação do decreto de regulamentação do Bônus, com o os ajustes que conferem a retomada da isonomia remuneratória entre os Auditores-Fiscais do Trabalho e os Auditores da Receita Federal”, complementa Bob Machado.

## DECRETO PELA ISONOMIA

A menos de uma semana para terminar o ano faltavam, ainda, a conclusão da negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o referendo da categoria ao Termo de Acordo - fruto dessas tratativas - e, por fim, a publicação do Decreto. Tudo isso foi feito.

Cabe destacar que a atuação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para construção do novo decreto não foi interrompida, tendo em vista a necessidade de que o texto estivesse pronto para publicação ao fim da negociação e conclusão de demais dispositivos. No



último encontro com o MTE, em 19 de novembro, após cobranças do Sindicato, a secretária-Executiva Adjunta, Luciana Vasconcelos Nakamura, assumiu o compromisso: “Tomaremos as providências necessárias, tão logo tenhamos conhecimento da publicação da sanção do PLN 19”.

Só no dia 26 de dezembro, o SINAIT, como representante político da categoria, recebeu do governo a proposta de acordo, levada, em seguida, à deliberação dos AFTs. A Assembleia Geral Nacional foi realizada de 28 a 30 dezembro, de forma virtual, e registrou a participação mais expressiva dos últimos cinco anos: 1.461 Auditores-Fiscais do Trabalho votantes. O resultado validou todo o diálogo construído ao longo do processo que resultou no aperfeiçoamento do texto, em relação à versão anterior constante no Decreto nº 11.971, de 1º de abril de 2024, visando à garantia da isonomia de tratamento entre a Auditoria Fiscal do Trabalho e Auditoria Fiscal da Receita, em conformidade com a

Lei 13.464/17. O acordo foi aprovado por 97% dos participantes, que também decidiram pela: suspensão da mobilização e das atividades relacionadas à paralisação a partir de 31/12/2024; manutenção do estado de alerta para garantir o cumprimento dos compromissos firmados; e autorização para ações judiciais que resguardem os direitos da categoria, inclusive sobre os itens dos Termos de Acordo nº 1/2016 e nº 4/2016.

O fim da votação coincidiu com a publicação do Decreto nº 12.346/24, em substituição ao publicado em abril. O novo dispositivo recupera a histórica correlação salarial com a Receita, mas não põe fim à luta. “Os aposentados são a base que sustenta a história e a inspiração para a luta diária do SINAIT. Em razão disso, reafirmamos o compromisso com a busca pela paridade plena entre ativos e aposentados”, assevera Bob Machado (leia mais na página 22).

Relembre toda trajetória de luta pela regulamentação do Bônus na linha do tempo. ■



# Regulamentação garante melhoria do percentual para aposentados e pensionistas



*Novos valores do Bônus de Eficiência e Produtividade foram implementados na folha referente a fevereiro*

A atuação do SINAIT em busca da paridade no pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade materializou importantes avanços neste início de 2025. A partir de fevereiro, as Auditoras e os Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados há mais de 108 meses, e seus respectivos pensionistas, passaram a receber 44,5% em relação aos ativos.

O incremento do percentual, anteriormente em 35%, aplicado à nova tabela regulamentada consolida um reajuste de 196,8%. Ganhos também para os aposentados e pensionistas que se encontravam nos patamares de 93%, 86% e 79% (aposentadoria igual ou inferior a 48 meses), segmento para o qual o bônus já foi equiparado ao valor pago aos Auditores da ativa (R\$ 7.000,00). A ampliação do per-

centual coroa o esforço do Sindicato, que teve ainda o apoio da Secretaria de Inspeção do Trabalho e da Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“Essa conquista é fruto do intenso trabalho do SINAIT para garantir a regulamentação do Decreto Nº 12.346, de 30 de dezembro de 2024, nos mesmos moldes da regulamentação dos honorários de sucumbência da AGU e do bônus de eficiência dos Auditores-Fiscais da Receita Federal”, explica o presidente do Sindi-

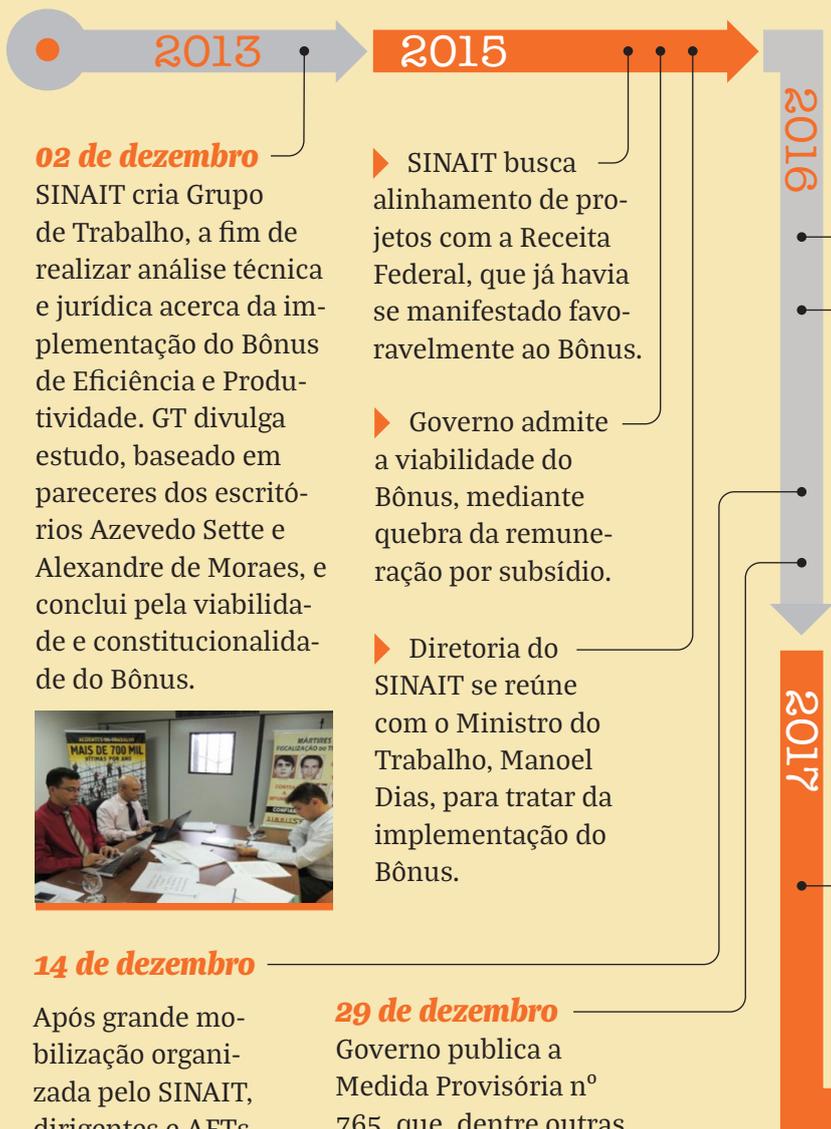
cato Nacional, Bob Machado, ao acrescentar que “os ajustes feitos na nova regulamentação garantiram uma correção mais justa dos percentuais”.

Não obstante os importantes ganhos, todavia, a luta por um tratamento justo às Auditoras e aos Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados, e seus pensionistas, ainda não acabou. “Há muito a ser conquistado. Seguimos mobilizados pela equiparação do Bônus de Eficiência em 100% para todos”, assegura o presidente do SINAIT. ■

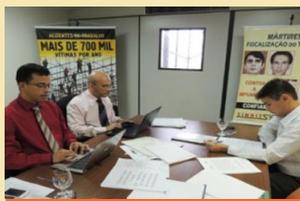
## Confira o novo escalonamento de acordo com o tempo de aposentadoria.

Até 12 meses	100%	R\$ 7.000,00
12 a 24 meses	100%	R\$ 7.000,00
24 a 36 meses	100%	R\$ 7.000,00
36 a 48 meses	100%	R\$ 7.000,00
48 a 60 meses	91,6%	R\$ 6.410,96
60 a 72 meses	82,7%	R\$ 5.787,67
72 a 84 meses	73,8%	R\$ 5.164,38
84 a 96 meses	64,9%	R\$ 4.541,10
96 a 108 meses	56,0%	R\$ 3.917,81
Acima de 108 meses	44,5%	R\$ 3.116,44

# Bônus de Eficiência e Produtividade (2013-2024)



**02 de dezembro**  
SINAIT cria Grupo de Trabalho, a fim de realizar análise técnica e jurídica acerca da implementação do Bônus de Eficiência e Produtividade. GT divulga estudo, baseado em pareceres dos escritórios Azevedo Sette e Alexandre de Moraes, e conclui pela viabilidade e constitucionalidade do Bônus.



▶ SINAIT busca alinhamento de projetos com a Receita Federal, que já havia se manifestado favoravelmente ao Bônus.

▶ Governo admite a viabilidade do Bônus, mediante quebra da remuneração por subsídio.

▶ Diretoria do SINAIT se reúne com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, para tratar da implementação do Bônus.

**14 de dezembro**

Após grande mobilização organizada pelo SINAIT, dirigentes e AFTs de todo o país, acompanhados de uma comissão de parlamentares, são recebidos por representantes da Casa Civil.

**29 de dezembro**

Governo publica a Medida Provisória nº 765, que, dentre outras disposições acerca da carreira, cria o Bônus de Eficiência dos Auditores-Fiscais do Trabalho.



**15 de fevereiro**

Sob demanda do SINAIT, consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos produz parecer em que conclui pela viabilidade do Bônus de Eficiência para as Auditoras e os Auditores-Fiscais do Trabalho.

**28 de outubro**

Em encontro com o senador Romero Jucá (MDB/RR), em Roraima, dirigentes do SINAIT obtêm o compromisso do parlamentar quanto ao envio de PL ou MP que trate da reestruturação da carreira.



**19 de abril**

Vice-presidente do SINAIT, Rosa Jorge, reúne-se com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e com o deputado federal Lelo Coimbra (MDB/ES), a fim de garantir o apoio à aprovação da MP 765/2016 e ao acolhimento das emendas defendidas pela entidade.



**15 de maio**

SINAIT integra Grupo de Trabalho da SIT para estudo e proposição de nova base de cálculo para o Bônus de Eficiência e Produtividade, em razão de solicitação do Ministério do Planejamento.

**21 de maio**

Dirigentes do Sindicato apresentam ao ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, Nota Técnica com o objetivo de fornecer subsídios para a edição do decreto.



**05 de junho**

Sindicato ajuíza Mandado de Segurança contra a diferenciação no pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade para os Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados, os pensionistas e os ativos não estáveis, em relação aos ativos estáveis.

**25 de janeiro**

Sindicato requer ao Ministério do Trabalho cumprimento da decisão judicial, de caráter liminar, que restabelece o Bônus aos aposentados e pensionistas



**06 de fevereiro**

Dirigentes do SINAIT requerem novamente ao senador Romero Jucá apoio para a publicação do decreto de regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade.



**31 de maio**

SINAIT reúne-se novamente com o ministro Nogueira e o com deputado Lelo Coimbra na véspera da expiração da MP 765/2016 para avançar nos diálogos.



**01 de junho**

Congresso Nacional aprova MP 765/2016 que, entre outras diretrizes, reestrutura a carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho e estabelece o Bônus de Eficiência para a categoria.



2018

**19 de janeiro**

Sindicato ajuíza ação coletiva número 1001124-88.2018.4.01.3400 na 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal para garantir o pagamento do Bônus de Eficiência aos Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados.



**11 de Julho**

Governo publica no Diário Oficial da União a Lei nº 13.464/2017, proveniente da MP 765/2016.

**08 de setembro**

SINAIT e Sindifisco ingresam com Mandado de Segurança contra a decisão do TCU, após a suspensão do pagamento do Bônus para aposentados e pensionistas das respectivas carreiras.

**19 de dezembro**

Diretoria do SINAIT se reúne novamente com o líder do governo, senador Romero Jucá (MDB/RR), para solicitar apoio na publicação, o mais célere possível, do decreto de regulamentação do Bônus.

## LINHA DO TEMPO

**19 de março**

Em reunião com o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, SINAIT trata da regulamentação do Bônus de Eficiência, vacinação de Auditores em fiscalização direta contra a Covid-19 e reforma administrativa.



**17 de julho**

Então presidente do SINAIT, Carlos Silva, volta à Casa Civil para solicitar regulamentação via decreto presidencial e cumprimento de compromisso feito pelo governo.



**04 de julho**

Em reunião com dirigentes do Sindicato, presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirma que se manterá imparcial quanto à regulamentação do Bônus por meio de decreto presidencial.



**10 de março**

Em reunião, Diretoria do SINAIT cobra do subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, apoio e acompanhamento por parte da SIT à tramitação da minuta do Bônus de Eficiência e Produtividade.

**17 de julho**

Em reunião com ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, diretores do SINAIT ressaltam que os Ministérios do Planejamento e do Trabalho já superaram os impasses jurídicos e emitiram parecer favorável à regulamentação por decreto.



**21 de agosto**

Em decisão liminar, ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes decide pela legitimidade do recebimento da parcela do Bônus por aposentados e pensionistas.

**15 de março**

Ministro do TCU Bruno Dantas autoriza a participação do SINAIT como *amicus curiae* nos autos do processo TC 005.283/2019-1, que busca avaliar a conformidade do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade da Auditoria Fiscal do Trabalho.

**12 de abril**

Vitória do SINAIT! STF confirma pagamento do Bônus de Eficiência a aposentados e pensionistas em decisão final sobre os MS 35.498 e 35.812. A medida reverte atos do TCU que haviam suspenso a parcela.

**14 de outubro**

Câmara dos Deputados se manifesta pela constitucionalidade do Bônus de Eficiência

**08 de outubro**

Presidência da República, Advocacia-Geral da União e Senado Federal manifestam-se pela constitucionalidade do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade



**30 de setembro**

STF defere pedidos de ingresso como *amicus curiae* do SINAIT, do Sindifisco Nacional e da Unafisco Nacional na ADI 6562, que analisa a constitucionalidade do Bônus.

2021

2020

2019

**10 de maio**

STF publica acórdão referente ao julgamento dos Mandados de Segurança (MS) nos 35.498 e 35.812 impetrados pelo SINAIT para garantir o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade aos aposentados e pensionistas da carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho.

**14 de julho**

Por 6 votos a 1, TCU aprova relatório parcial que favorece a regulamentação do Bônus de Eficiência. O SINAIT celebra a decisão, baseada no voto do ministro Vital do Rêgo, como um avanço para os Auditores-Fiscais do Trabalho.

**20 de agosto**

SINAIT volta a se reunir com o secretário Executivo do MTE, Bruno Dalcolmo, para tratar da regulamentação do Bônus. Diante do pleito, o representante do governo se compromete a ajudar na construção da minuta de decreto.



**26 de abril**

Em reunião com o ministro Vital do Rêgo, SINAIT reforça apoio ao parecer do MPTCU, que propõe regulamentação do Bônus por decreto e questiona a competência do TCU para julgar sua constitucionalidade.



**17 de setembro**

Em reunião com o subsecretário Rômulo Machado, SINAIT pede agilidade na regulamentação do Bônus de Eficiência, destacando que a minuta da Receita já está na Casa Civil. Sindicato reforça exigência por manutenção de isonomia histórica entre as carreiras



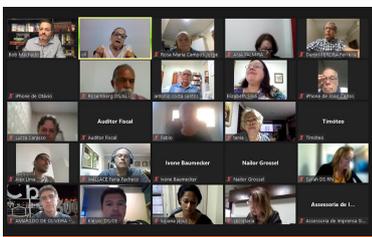
**13 de outubro**

DEN debate a regulamentação do Bônus e estratégias contra as PECs 32/2020 e 23/2021.



**14 de outubro**

DEN e CDS se reúnem para ampliar ações contra a reforma administrativa (PEC 32/2021) e o calote dos precatórios (PEC 23/2021). A mobilização busca fortalecer a defesa das demandas da carreira.



**13 de outubro**

Em audiência no Ministério do Trabalho, o SINAIT solicita ao ministro Onyx Lorenzoni maior empenho e articulação para acelerar a tramitação da minuta do decreto de regulamentação do Bônus de Eficiência. Na ocasião, Lorenzoni se compromete a dialogar com o Ministério da Economia neste sentido



**20 de dezembro**

Presidente do SINAIT se reúne com relator do PLOA 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), e com o deputado Sanderson (PL-RS) para buscar espaço no Orçamento para o pagamento do Bônus.



**08 de novembro**

Em audiência com o novo secretário do Trabalho, Luís Felipe de Oliveira, presidente do SINAIT, Bob Machado, reitera a urgência da regulamentação do Bônus.



## LINHA DO TEMPO

### 21 de dezembro

Comissão Mista de Orçamento aprova o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022 sem contemplar a reestruturação da carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho. SINAIT intensifica atuação no Parlamento.

### 23 de dezembro

DEN e CDS se reúnem em caráter extraordinário para debater a intensificação da mobilização da carreira. Além da realização de Assembleias, DEN orienta entrega de cargos de chefia e de coordenação.



### 30 de dezembro

Com orientação do SINAIT, cerca de cem AFTs, chefes e coordenadores, incluindo substitutos, de setores/áreas da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, deliberam pela entrega dos cargos, em protesto pela falta de regulamentação do Bônus de Eficiência.

2021

2022



### 4 de janeiro

SINAIT informa ao Ministério do Trabalho a entrega de mais de cem cargos de chefia e coordenação por AFTs em protesto pela falta de regulamentação do Bônus de Eficiência, reforçando a mobilização da categoria.

### 05 de janeiro

Em protesto pela falta de regulamentação do Bônus de Eficiência, 160 AFTs entregam cargos de chefia e coordenação, representando mais da metade dos 298 postos em comissão, com mobilização em curso.



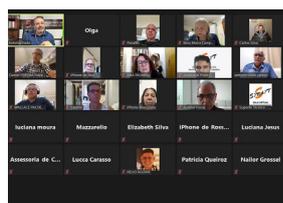
### 22 de fevereiro

Presidente do SINAIT, Bob Machado, se reúne com os líderes André Fufuca e Vinícius Carvalho, além do deputado Darci de Matos, para pedir apoio à regulamentação do Bônus de Eficiência dos Auditores-Fiscais do Trabalho.



### 02 de fevereiro

Em encontro com o deputado Sanderson (PL/RS) e o ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, presidente Bob Machado volta a cobrar ações efetivas pela regulamentação da parcela.



### 16 de fevereiro

DEN se reúne para discutir ações pela regulamentação do Bônus de Eficiência e a mobilização conjunta por revisão geral das remunerações, visando repor perdas inflacionárias de cerca de 20%.



### 24 de fevereiro

Conselho de Delegados Sindicais do SINAIT se reúne para debater ações pela regulamentação do Bônus de Eficiência e pela revisão remuneratória anual geral do funcionalismo público.

### 24 de fevereiro

Presidente do SINAIT, Bob Machado, se reúne com assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Economia, Bruno Travassos, para tratar da minuta da regulamentação do Bônus. O encontro conta com a presença do deputado federal Sanderson (PL/RS).



**25 de fevereiro**

No STF, ministro Gilmar Mendes divulga voto favorável à constitucionalidade da rubrica do Bônus de Eficiência e de Produtividade dos Auditores-Fiscais do Trabalho no relatório da ADI 6562, de iniciativa da PGR.

**01 de março**

Ministros do Supremo Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes votam pela constitucionalidade do bônus, acompanhando o relator, Gilmar Mendes.

**04 de março**

Ministro Ricardo Lewandowski vota pela constitucionalidade do Bônus de Eficiência e Produtividade.

2022

**07 de março**

Ministros do STF Dias Toffoli, André Mendonça e Rosa Weber também acompanham o voto do ministro relator, Gilmar Mendes, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6562.



**07 de março**

Dirigentes do SINAIT se reúnem com o ministro Ciro Nogueira para pedir gestões que acelerem o envio da minuta dos Auditores-Fiscais do Trabalho à Casa Civil, visando à regulamentação do Bônus de Eficiência.



**08 de março**

STF confirma a constitucionalidade do Bônus de Eficiência para Auditores-Fiscais do Trabalho e carreiras da Receita Federal, destacando a relevância do trabalho desses servidores e garantindo o pagamento da parcela.

**10 de março**

DEN volta a se reunir com o subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, para cobrar apoio irrestrito à regulamentação do bônus.



**07 de abril**

STF conclui julgamento da ADI 6562 e declara, por unanimidade, a constitucionalidade do Bônus de Eficiência e Produtividade dos AFTs.



**16 de março**

SINAIT reforça pleito em reunião com secretário de Trabalho e Previdência, Luís Felipe Batista de Oliveira, e com o subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado.



**09 de junho**

Dirigentes do SINAIT pedem ao Ministério da Economia celeridade no andamento da minuta do decreto de regulamentação do Bônus de Eficiência, em reunião realizada em Brasília.

**02 de agosto**

Presidente do SINAIT cobra do ministro do Trabalho, José Carlos Oliveira, a regulamentação do Bônus, atualização da indenização de transporte, concurso público e mais orçamento para a Fiscalização do trabalho.



**29 de junho**

Em reunião com o ministro do Trabalho, José Carlos Oliveira, DEN reitera pedido de regulamentação do bônus.



## LINHA DO TEMPO

**08 de fevereiro**

Presidente do SINAIT, Bob Machado, se reúne com a deputada Denise Pessôa (PT-RS) para tratar da regulamentação da Lei 13.464/17 e do acordo de 2016 que instituiu o Bônus de Eficiência.



**16 de fevereiro**

Em reunião, Diretoria do SINAIT cobra do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a regulamentação do Bônus de Eficiência para os AFTs. Na ocasião, o representante do governo garante apoio à carreira.

**24 de fevereiro**

Dirigentes do SINAIT reúnem-se com o secretário-executivo do MTE, Francisco Maccena, para discutir a regulamentação do Bônus de Eficiência para Auditores-Fiscais do Trabalho, em encontro realizado em Brasília.



**24 de fevereiro**

DEN reúne-se com o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, para tratar da regulamentação do Bônus de Eficiência.

**2022**

**11 de novembro**

SINAIT reivindica destinação de verbas para a regulamentação do Bônus de Eficiência e mais recursos para a Fiscalização do Trabalho no Orçamento da União, em reunião com o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB/PI).



**29 de dezembro**

Em Assembleia Geral Nacional, filiados autorizam ação judicial pela paridade do Bônus de Eficiência entre ativos e aposentados.

**2023**

**12 de janeiro**

SINAIT cobra reajuste salarial dos servidores e regulamentação do Bônus de eficiência durante posse do secretário de Gestão de Pessoas, Sérgio Mendonça.



**19 de janeiro**

Diretoria do SINAIT cobra regulamentação do Bônus e realização de concurso público em audiência com ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, e do Planejamento, Simone Tebet.



**22 de março**

Em reunião com o secretário da Inspeção do Trabalho, Luis Felipe Mello, SINAIT cobra regulamentação do Bônus de Eficiência via decreto presidencial.

**12 de abril**

SINAIT ingressa com ação civil coletiva para garantir a aposentados e pensionistas o pagamento do Bônus de Eficiência nas mesmas condições dos servidores ativos, fundamentando-se em jurisprudência favorável e decisão da categoria em AGN

**09 de maio**

Diretoria do SINAIT se reúne com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para reforçar os pedidos de regulamentação do Bônus de Eficiência e realização de concurso público.



**13 de dezembro**

Presidente do SINAIT, Bob Machado, se reúne com o secretário José Lopez Feijóo, que confirma que a minuta do decreto do Bônus de Eficiência está na Secretaria-Executiva do MGI, aguardando envio à Casa Civil.



**14 de dezembro**

Sindicato se reúne com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT/CE), para pedir apoio na aceleração da publicação do decreto do Bônus de Eficiência.



2023



**07 de junho**

O então vice-presidente do SINAIT, Carlos Silva, e diretora Rosa Jorge se reúnem com o ministro do Trabalho para tratar da regulamentação do Bônus de Eficiência. Durante o encontro, ministro garante a publicação do decreto.

**30 de novembro**

Dirigentes do SINAIT se reúnem com parlamentares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em Brasília, para buscar apoio à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade.



**19 de dezembro**

Dirigentes do SINAIT se reúnem com a senadora Augusta Brito (PT/CE), que promete tratar da regulamentação do Bônus de Eficiência com a titular do MGI, Esther Dweck. Dirigentes também pedem apoio ao deputado André Figueiredo (PDT/CE).



**20 de fevereiro**

Dirigentes se reúnem com os consultores jurídicos do MTE, Ricardo Panquestor e Karla Santos, para cobrar o último parecer sobre a minuta do Bônus de Eficiência. Documento é encaminhado à Secretaria Executiva do MTE.



**10 de janeiro**

SINAIT cobra do secretário José Lopez Feijóo um prazo para a publicação do decreto do Bônus de Eficiência. Feijóo garante celeridade na tramitação.



**22 de dezembro**

Em AGN, Auditores-Fiscais do Trabalho decidem retomar a mobilização da categoria em prol da pauta reivindicatória.

2024

**14 de janeiro**

Em frente ao MGI, durante ato público pela valorização da Inspeção do Trabalho, categoria reivindica publicação do decreto do Bônus de Eficiência e Produtividade.

**16 de janeiro**

Insatisfeitos, coordenadores de aprendizagem profissional entregam cargos no DF e em 23 estados. Nos termos do Estatuto, o presidente do SINAIT institui o Comando Nacional de Mobilização.

## LINHA DO TEMPO

### 26 de fevereiro

Diretora do SINAIT Rosa Jorge e delegado sindical Anísio Barcelos se reúnem com o secretário José Lopes Feijó, que confirma a publicação iminente do decreto do Bônus de Eficiência.



### 29 de fevereiro

Presidente do SINAIT, Bob Machado, e diretora Rosa Jorge se reúnem com Marcelo Weick Pogliese, secretário adjunto da Casa Civil, para cobrar a publicação do decreto de regulamentação do Bônus de Eficiência.



## 2024

### 15 de abril

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instala Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Auditoria Fiscal do Trabalho, previsto no Decreto nº 11.971, que regulamenta o Bônus de Eficiência.



### 25 de abril

Rosa Jorge cobra do secretário do MGI José Lopez Feijó reunião para discutir a minuta do novo decreto de regulamentação do Bônus de Eficiência, durante ato de assinatura do Termo de Compromisso da Campanha Salarial 2024.



### 01 de abril

Após sete anos de mobilização, Decreto nº 11.971, que regulamenta o Bônus de Eficiência para Auditoras e Auditores Fiscais do Trabalho, é publicado no DOU. SINAIT mantém luta por isonomia com a Receita Federal.



### 27 de junho

Presidente do SINAIT, Bob Machado, e diretora Rosa Jorge se reúnem com o secretário José Lopez Feijó, do MGI, para tratar da publicação da nova minuta do decreto do Bônus de Eficiência.



### 24 de abril

Diretoras do SINAIT Rosa Jorge e Olga Machado defendem na Câmara dos Deputados a recuperação da isonomia do Bônus de Eficiência com a Receita Federal.



### 09 de maio

Em reunião com ministro, Luiz Marinho, dirigentes do SINAIT cobram celeridade na publicação da nova minuta de decreto do Bônus de Eficiência, destacando a viabilidade orçamentária para retomada da isonomia com a RFB.



### 21 de maio

Dirigentes do SINAIT se reúnem com assessores da SRI da Presidência, para solicitar a interlocução do ministro Alexandre Padilha na tramitação e publicação do decreto do Bônus de Eficiência em igualdade com o da RFB.

### 05 de junho

Durante ato convocado pelo Sindicato em frente ao MGI, ministro do Trabalho, Luiz Marinho, garante isonomia salarial do Bônus entre Auditores-Fiscais do Trabalho e da Receita.



**11 de julho**

Dirigentes pedem ao ministro Luiz Marinho agilidade na alteração do Decreto nº 11.971, de modo a assegurar a isonomia no Bônus de Eficiência com a Receita Federal.



**07 de agosto**

Turma Nacional de Uniformização (TNU) reconhece o direito à paridade do Bônus de Eficiência para aposentados e pensionistas da Receita e determina o pagamento integral até a implementação do índice de eficiência.



**21 de agosto**

SINAIT anuncia que o PLN 19 foi alterado para incluir recursos para o pagamento do Bônus de Eficiência dos Auditores Fiscais do Trabalho, garantindo isonomia com o bônus da Receita Federal.

**21 a 28 de agosto**

Delegacias Sindicais de Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Piauí realizam atos públicos em prol da publicação do novo decreto do Bônus com retomada da isonomia com a RFB.



**23 de agosto**

Dirigentes do SINAIT se reúnem com o secretário José Feijóo, o ministro Luiz Marinho e o secretário Francisco Macena para discutir critérios e garantir isonomia na regulamentação do Bônus de Eficiência.

**16 de outubro**

Adail Filho apresenta novo parecer na Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização (CMO) e mantém a previsão de recursos para o pagamento do Bônus de Eficiência.



**03 de setembro**

Relator do PLN 19/2024, deputado Adail Filho (REPUBLICANOS/AM), acolhe a Mensagem nº 871 em seu parecer, garantindo inclusão na LOA 2024 de recursos para o pagamento do Bônus de Eficiência.



**01 de novembro**

SINAIT solicita prioridade no julgamento da ação coletiva pela paridade do Bônus de Eficiência para Auditores com mais de 80 anos. Lista com 806 nomes foi anexada ao processo.



**30 de dezembro**

Governo publica Decreto nº 12.346/24, que altera o Decreto nº 11.971/2024, e garante a isonomia salarial entre os Auditores Fiscais do Trabalho e da Receita.



**30 de dezembro**

AGN aprova acordo proposto pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 26 de dezembro.



# SINAIT intensifica atuação pela paridade no pagamento do Bônus para aposentados e pensionistas

*Decisões recentes da TNU e do TRF1 robustecem a causa na Justiça; Sindicato segue empenhando esforços também no Congresso Nacional*

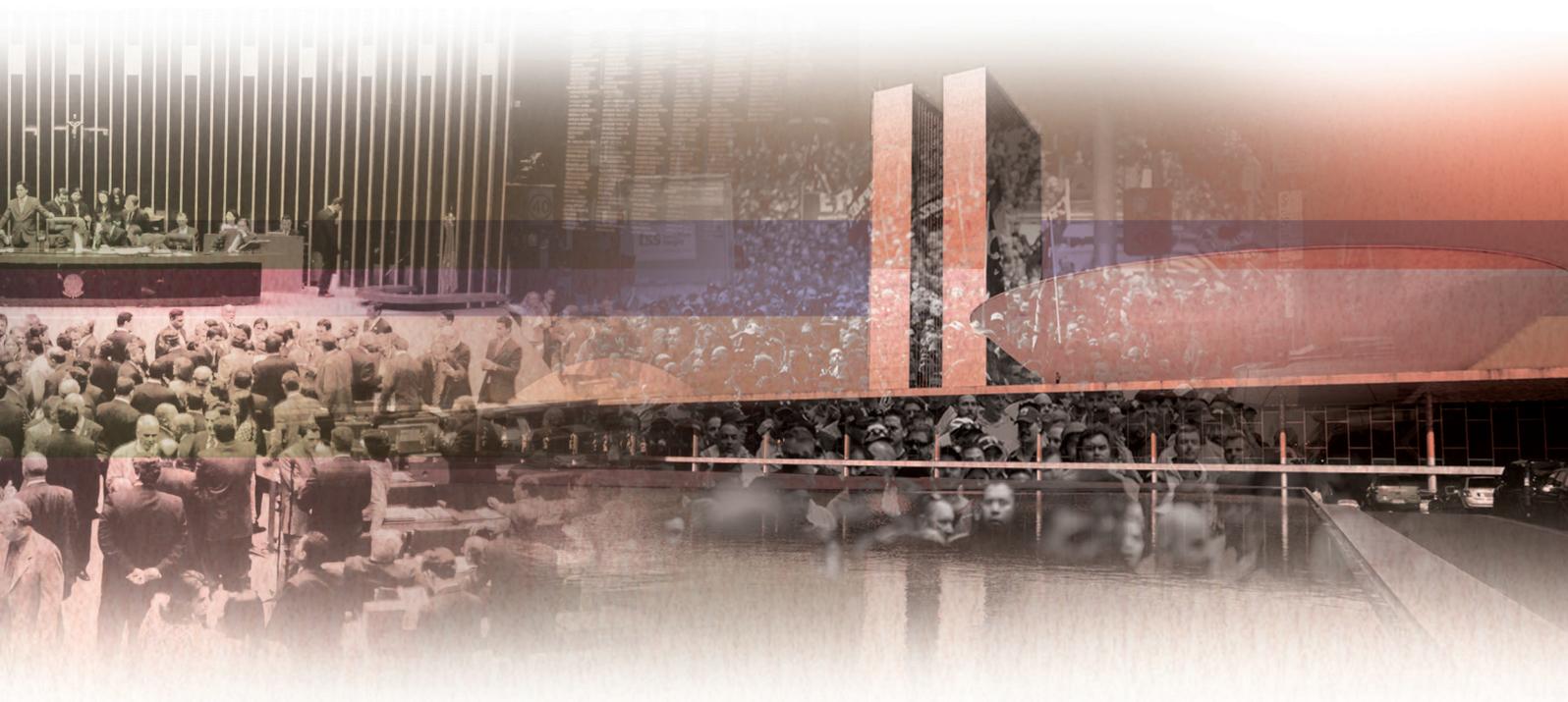
“**N**ossa luta é por reconhecimento e valorização para todos, ativos e aposentados.” A declaração do presidente do SINAIT, Bob Machado, reafirma o compromisso da Diretoria Nacional com a defesa dos direitos das Auditoras e dos Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados e seus pensionistas. Desde 2016, quando o governo rompeu a paridade no pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade da Auditoria Fiscal do Trabalho durante as negociações, a garantia do direito à percepção integral da parcela para todos os integrantes da carreira e seus

pensionistas é prioridade para o Sindicato.

## NA JUSTIÇA

Hoje, a principal frente dessa atuação é a via judicial. Em 2023, o SINAIT ajuizou uma ação coletiva para garantir a paridade no pagamento do Bônus entre ativos, aposentados e pensionistas, além de reivindicar o pagamento retroativo desde abril de 2018. A ação tramita na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Em 2024, dois avanços fortaleceram a causa. Em agosto, a Turma Nacional de Uniformização (TNU)



decidiu que, no caso da Receita Federal – que possui parâmetros similares aos da Auditoria Fiscal do Trabalho –, o Bônus deve respeitar a paridade entre ativos e aposentados que adquiriram o direito antes da Emenda Constitucional nº 41/2003, “até a efetiva implementação do índice de eficiência institucional.” A decisão, embora não vinculante, foi anexada como precedente no âmbito da ação coletiva do SINAIT.

No dia 6 de dezembro, a juíza federal Luciana Tolentino, da 7ª Vara Federal, julgou procedente a ação proposta pelo SINAIT e condenou a União ao pagamento retroativo. “Essa decisão representa um passo fundamental para o reconhecimento daqueles que ajudaram a construir nossa carreira e fortaleceram o Ministério do Trabalho ao longo da história”, destaca a diretora Rosa Jorge. Ela ressalta que ainda cabe recurso

da União, mas que a sentença representa, de fato, uma vitória.

O Sindicato também tem se empenhado em acelerar a tramitação do processo. Além de realizar diligências periódicas ao Tribunal, em outubro de 2024 a assessoria jurídica do SINAIT anexou uma lista com 806 nomes de Auditoras e Auditores-Fiscais do Trabalho com mais de 80 anos, solicitando prioridade no julgamento da ação.

## **NO CONGRESSO**

Paralelamente à atuação jurídica, o SINAIT trabalha pela revisão da Lei 13.464/2017 no Congresso Nacional. O objetivo é garantir a paridade definitiva no pagamento do Bônus e corrigir essa injustiça histórica que afeta aposentados e pensionistas. “Não descansaremos até que seja feita justiça aos nossos aposentados e pensionistas”, assevera Bob Machado. ■



ESPECIAL

# BÔNUS

2013  
2024



PLN 19 PREVÊ RECURSOS PARA PAGAMENTO DO BÔNUS DOS AUDITORES DO TRABALHO



Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[sinait.org.br](http://sinait.org.br)

 [sinaitaft](https://www.facebook.com/sinaitaft)

 [sinaitbr](https://www.instagram.com/sinaitbr)